

Turfe, famílias de elite e negócios no Recife oitocentista

Thiago Lindemaier da Rosa

Universidade Federal de Santa Maria
Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil

Recebido em: 29 mar. 2024

Aprovado em: 11 jul. 2024

Aprovado em: 04 out. 2024

Resumo

O presente estudo tem com proposta analisar como as famílias de elite de Recife utilizaram o turfe como uma forma de diversificar os seus empreendimentos frente a uma conjuntura de incertezas, levando em consideração uma série de proibições que iam de encontro com a conjuntura escravista – um dos seus mercados mais rentáveis –, tal como a proibição do tráfico transatlântico (1850), a lei do ventre livre (1871) e, por fim, a abolição da escravidão (1888). Neste sentido, visa observar como esses agentes criaram uma rede de apoio social e financeiro, visto que em 1850 foi instalada a primeira instituição turfística e nos anos finais da década de 1880 foram inaugurados três clubes que dinamizaram a vida social e econômica da capital da província de Pernambuco ao longo dos oitocentos. Nestas circunstâncias, analisar o turfe através destes paradigmas possibilita entender as relações sociais e econômicas dos agentes que estavam inseridos nos clubes de prática equestre na capital da província de Pernambuco.

Palavras-chave: Turfe. Rede de Apoio. Elite. Recife.

* Doutorando em História pela Universidade Federal de Santa Maria. Mestre e graduado em História pela Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: thiagolindemaier@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-8780-2019>

 <http://lattes.cnpq.br/5003689204930614>

Turfe, elite families and business in 19th century Recife

Thiago Lindemaier da Rosa

Federal University of Santa Maria
Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brazil

Received: 29th Mar. 2023

Approved: 11th July 2024

Published: 04th Oct. 2024

Abstract

The purpose of this study is to analyze how elite families in Recife used turf as a way of diversifying their businesses in the face of an uncertain situation, taking into account a series of prohibitions that went against the slavery situation – one of the its most profitable markets – such as the prohibition of transatlantic trafficking (1850), the free womb law (1871) and, finally, the abolition of slavery (1888). In this sense, I aim to observe how these agents created a network of social and financial support, since in 1850 the first tourist institution was installed and in the final years of the 1880s three clubs were opened that boosted the social and economic life of the provincial capital from Pernambuco throughout the 1800s. In these circumstances, analyzing horse riding through these paradigms makes it possible to understand the social and economic relationships of the agents who were involved in equestrian clubs in the capital of the province of Pernambuco.

Keywords: Turf. Support Network. Elites. Recife.

* PhD candidate in History at the Federal University of Santa Maria. MA and BA in History from the Federal University of Santa Maria. Email: thiagolindemaier@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-8780-2019>

 <http://lattes.cnpq.br/5003689204930614>

*A raiz do espetáculo está no terreno da economia
tornada abundante, e é de lá que vem os frutos que
tendem finalmente a dominar o mercado espetacular*

Guy Debord. *A sociedade do espetáculo*
(1997, p. 42).

A frase citada acima me fez refletir o quanto o turfe, como um setor destinado ao divertimento e ao lazer, esteve entrelaçado ao fator econômico em Recife ao longo dos oitocentos. Seja através dos sistemas de apostas, das entradas para acompanhar as corridas, da comercialização de bebidas e comidas, dos prêmios dos páreos disputados e até mesmo na oferta de passagens de trens especiais para conduzir o público até os hipódromos. Estes elementos possibilitam compreender as corridas de cavalo como uma tentativa de diversificação econômica entre as famílias de elite de Recife, após uma série de medidas que tornavam evidente que a escravização no país, um dos seus mercados mais rentáveis, iria ter fim, tal como a proibição do tráfico transatlântico (1850), a Lei do Ventre Livre (1871) e, por fim, a abolição da escravidão (1888). Nestas circunstâncias, analisar o turfe através destes paradigmas possibilita entender as relações sociais e econômicas dos agentes que estavam inseridos nos clubes de prática equestre na capital da província de Pernambuco.

A partir da segunda metade do século XIX, ocorreram grandes transformações na sociedade brasileira. No âmbito político, o império brasileiro viveu um período de consolidação entre 1850 e 1870, mas também entrou em crise a partir de 1871, culminando na queda do império e na proclamação da República em 1889. Esse contexto histórico marcou a transição de uma economia e sociedade majoritariamente agrária para uma realidade em que o crescimento da industrialização e urbanização passou a desempenhar um papel significativo. Nesse processo de transformação, a sociedade se adaptou às novas oportunidades econômicas e socioculturais que emergiram (Santos; Giglio, 2017, p. 2).

Dentro desta conjuntura que as corridas de cavalo começaram a ser estruturadas, organizadas e expandidas em diferentes locais do Brasil. Victor Andrade Melo discorre que, o turfe foi inserido pelas classes mais abastadas da sociedade brasileira e tinha o intuito de – assim como as reformas nos mais distintos âmbitos – implementar parâmetros do mundo moderno e “civilizado” europeu (2015, p. 209). A transição para esses novos hábitos comportamentais se deu de forma lenta, gradual e heterogênea, visto que houve resistência aos novos hábitos até mesmo entre a elite dominante. Um exemplo dessas divergências se encontra na conjuntura escravista que se fazia presente na estrutura social do país. Enquanto alguns membros da alta classe compreendiam a escravidão como algo que não fazia parte de uma sociedade moderna, outra parcela da classe dominante resistia a tal pensamento (Silva,

2011, p. 216).

Um dos primeiros prados instalados no país foi o *Club de Corridas*, em 1849, no Rio de Janeiro (Melo, 2022, p. 34). A nova instituição¹ surgiu em um período importante da História brasileira, pois se localiza temporalmente após um momento turbulento marcado pelas dificuldades na consolidação da independência, sentidas tanto Primeiro Reinado (1822-1831), quanto no Período Regencial (1831-1841), em que, após a assunção de Dom Pedro II (1841) começou a se conformar uma maior estabilidade política. Segundo Ricardo Lucena, o turfe no Rio de Janeiro, no final do século XIX, era um esporte marcado pela presença da elite na sua organização – uma elite ainda muito ligada à vida rural e com fortes indícios de uma sociedade patriarcal (2001, p. 21). Neste sentido, observo que esse padrão se reflete junto aos prados de Recife ao longo da segunda metade dos oitocentos.

No dia 22 de dezembro de 1859, foi instalado em Recife o primeiro clube turfístico, o *Jockey Club* de Pernambuco (JCP). Entretanto, foi nos anos finais do século XIX que as corridas de cavalos proporcionaram um maior dinamismo para a sociedade pernambucana, através de três clubes: o Prado Pernambuco (1888); o Hipódromo do Campo Grande (em 1888 ocorreu sua inauguração provisória e em 1889 a sua inauguração definitiva); e o Derby Club de Pernambuco (1888). Assim como as melhorias urbanas que estavam sendo inseridas, entendo que o turfe foi introduzido no país pelas elites e estava calcado em atender os próprios interesses desses agentes, que enxergaram no discurso do mundo moderno e civilizado e na introdução desses elementos uma boa oportunidade para atingir os interesses do seu grupo social (Fernandes, 2020, p. 208).

Através deste estudo, tenho como objetivo analisar como se deu esse processo na província de Pernambuco, averiguando as famílias de elite que estavam inseridas no turfe e como estas utilizaram-no como um mecanismo para buscar maiores lucros econômicos. Resultando na criação de uma rede de apoio entre as famílias de elite de Pernambuco. Neste sentido, a presente pesquisa se torna importante para evidenciar que os clubes turfísticos não foram somente grandes pontos de lazer e diversão, mas também se constituíram como um elemento relevante para os negócios ao longo dos oitocentos.

Compreendo o conceito de famílias de elite, assim como Richard Graham (1997), enquanto um organismo social que representa uma importante fonte de capital. Nestas circunstâncias, os laços que conectam homens a cargos oficiais e ao controle local representavam uma parcela significativa desses recursos. A influência de uma família vai muito além dos pais e dos filhos. A proteção, que era garantida em troca de lealdade e imposta pelas conexões familiares, se estendia, em primeiro lugar, a uma ampla rede de parentes consanguíneos e, em seguida, a um igualmente extenso número de alianças através do

1 Victor Melo (2022) destaca que, a ideia era instituir as corridas, entre os meses de maio a agosto, em um lugar a ser adquirido por um conjunto de sócios. Neste sentido, foram emitidas 100 ações de 100\$ rs, cada uma transferível por venda. Além disso, o futuro Duque de Caxias foi um dos dinamizadores da nova sociedade, por ter incentivado a importação de cavalos “puro-sangue” da Inglaterra.

casamento. Esses laços familiares implicaram obrigações mútuas de ajuda nas eleições ou na garantia de cargos no governo (*Ibidem*, p. 36).

Entendo que os laços de parentesco não são núcleos fechados, mas que envolviam uma série de outros agentes, como, primos, sobrinhos, genros, relações de compadrios e até mesmo por afinidade. Além disso, os elos que firmavam essas relações eram maleáveis e apresentavam rupturas. Através do estudo de Jonas Vargas, compreendo que os elementos que fundamentaram essas relações, que as tornaram necessárias, foram as incertezas perante as mudanças e transformações sociais, econômicas, políticas e culturais enfrentadas por estas sociedades pré-industriais (2007, p. 32).

Jonas Vargas (2007) diz que, deve-se pensar no termo “estratégia familiar”, pois essas transformações exigiram adaptações nas estratégias familiares. As famílias precisavam estar constantemente atentas às novas oportunidades e ameaças, ajustando suas estratégias para garantir sua posição e influência na sociedade. Neste sentido, a noção de estratégia familiar era essencial nas sociedades oitocentistas, visto que moldava as relações entre as famílias e influenciava na dinâmica social, econômica e política. Dentro deste conjunto de elementos citados, busco analisar o turfe em Recife como um dos meios relacionados a essas estratégias, podendo ser uma oportunidade de diversificação econômica e de consolidação de *status* social.

Para realizar uma abordagem empírica desta gama de elementos apresentados a imprensa recifense se torna imprescindível. Somando-se a isso, a abordagem metodológica empregada encontra suporte na obra *Pesquisa História e História do Esporte* (2013), de Victor Andrade Melo, Rafael Fortes, André Drummond e João Malaia Santos. Os autores discorrem acerca dos cuidados que os pesquisadores e pesquisadoras da História do esporte devem possuir ao trabalhar com os meios de comunicação como fonte histórica. Entre estes cuidados destaco a análise das relações econômicas, políticas e editoriais entre os clubes com os periódicos, devendo-se averiguar se os agentes que compunham os periódicos possuíam relações com o campo esportivo, neste caso com o turfe.

As propostas metodológicas elaboradas pelos os autores não permitem pensar somente como o turfe se constituiu, mas toda uma indústria ligada à comercialização do entretenimento na segunda metade do século XIX em Recife. Desta forma, para compreender essas características analisarei os periódicos *Diário de Pernambuco* e o *Jornal de Recife*, com o intuito de ressaltar os vínculos que esses jornais possuíam com a sociedade e com os clubes turfísticos da cidade de Recife.

Em relação ao primeiro impresso mencionado, este foi fundado em 7 de novembro de 1825 e refletia os interesses do império brasileiro. A partir de 1835, o jornal tornou-se oficial do governo pernambucano, adotou postura antiescravagista em 1850, celebrou a abolição em 1888 e, com a República (1889), continuou apoiando o governo provincial, defendendo princípios conservadores como essenciais para a paz, a ordem e a liberdade, embora tratasse a instalação da mesma como um golpe (*Diário de Pernambuco*, Pernambuco, 17 nov. 1889, p. 1). Em relação ao segundo periódico, foi inaugurado em janeiro de 1859, o jornal teve uma

coluna do Partido Liberal de junho de 1880 a 1881. Entre abril e junho de 1883, liderou uma campanha abolicionista. Em 1887, voltou a ter uma coluna Liberal e se posicionou como oposição ao governo conservador (que se encontrava na situação), abordando temas como a crise açucareira e a abolição da escravatura. Celebrou a abolição, mas sem atribuir o fim da escravidão à princesa Isabel ou ao império, diferente da postura adotada pelo *Diário de Pernambuco* que exaltava a figura do império (*Jornal do Recife*, Pernambuco, 13 maio 1888, p. 2).

Destaco que ambos os periódicos foram consultados na Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional (HDB). Referente ao manuseio na plataforma, me ancoriei no estudo de Erick Brasil e Leonardo Nascimento (2020), no qual os autores formulam uma série de cuidados ao se trabalhar com a HDB. Por exemplo, em algumas ocasiões, ao pesquisar por ocorrências, essas não correspondem à totalidade das vezes que as palavras-chave aparecem no periódico, mas sim pelas vezes que a "ferramenta de busca foi capaz de encontrar o termo pelo Reconhecimento Ótico de Caracteres (*Optical Character Recognition – OCR*)" (Brasil; Nascimento, 2020, p. 211). Os problemas decorrentes da busca nominativa podem ser superados através da análise completa dos volumes. Apesar dos periódicos consultados terem seus acervos completos, em algumas ocasiões os volumes se encontram rasurados ou com partes das páginas faltando. Entretanto, acredito que as análises das fontes coletadas são suficientes para a elaboração deste estudo.

O trabalho está dividido em duas partes. A primeira abordar os primeiros movimentos do turfe em Recife, ao longo da década de 1850, e a segunda aborda o período em que a prática cavalar atingiu o seu ápice, os anos finais dos oitocentos.

Jockey Club de Pernambuco: um novo negócio entre as famílias de elite

Em dezembro de 1859, o JCP inaugurou suas atividades na cidade de Recife. Em novembro do mesmo ano, a imprensa repercutiu a movimentação de um grupo de agentes que tinha o intuito de instalar e desenvolver a prática na capital pernambucana. O *Jornal do Recife* repercutia que os sócios fundadores da nova instituição realizaram uma reunião com o objetivo de eleger a comissão diretiva do clube, a qual foi composta por

Presidente, O Sr. Francisco Antonio de Oliveira. Thesoureiro, o Sr Manoel Gonçalves da Silva Junior. Secretário, o Sr. José Antonio dos Santos Azevedo. Directores, os Srs. Felipe Needham e Carlos Roeck (*Jornal do Recife*, 12 nov. 1859, p. 8).

Ao consultar estes nomes individualmente na HDB observei que Francisco Antônio de Oliveira, o presidente do clube, possuía grande influência na sociedade recifense. Na década

de 1850, Oliveira exerceu o cargo de tesoureiro da comissão encarregada de distribuir a subscrição agenciada na Corte a favor de viúvas e órfãos (*Diário de Pernambuco*, 10 jan. 1850, p. 2). Oliveira também foi vereador, ocupando a presidência da Câmara Municipal de Recife (*Jornal do Recife*, 25 jan. 1850, p. 2). Em 1854, desempenhou a função de tesoureiro-geral (*Jornal do Recife*, 6 set. 1854, p. 3) da loteria da província.

Manoel Gonçalves da Silva Júnior, tesoureiro do clube, era um importante comerciante na sociedade recifense. Em 1857, esteve matriculado no Tribunal do Comércio (*Jornal do Recife*, 17 jun. 1857, p. 3). Quanto ao secretário, José Antônio dos Santos Azevedo, não encontrei ocorrências ao buscar por seu nome, exceto na lista de composição da diretoria do clube. O diretor Felipe Needham, foi um influente comerciante inglês, que além de ter sido membro da diretoria do JCP, também foi eleito presidente da Associação Comercial Beneficente e fez parte da diretoria do Imperial Instituto Pernambucano de Agricultura (*Diário de Pernambuco*, 12 abr. 1869, p. 3). O segundo diretor, Carlos Roeck, também era comerciante, sendo um dos seus negócios a Casa Bieber, estabelecimento que comercializava algodão trançado, redes de pescar e roupas para escravizados (*Diário de Pernambuco*, 18 mar. 1850, p. 4). Roeck também foi membro da diretoria da Associação Comercial Beneficente (*Diário de Pernambuco*, 8 ago. 1863, p. 1).

Em sua inauguração, o JCP contou com a presença do imperador Dom Pedro II (*Jornal do Recife*, 10 dez. 1859, p. 8). A participação do líder regente evidencia a relevância que o turfe possuía, não somente para a sociedade de Recife, mas também para a imagem do império, visto que a prática representava o progresso e o mundo moderno e civilizado. Além disso, acredito que os agentes que estavam inseridos no turfe utilizavam esse discurso para angariar status social frente à sociedade, contribuindo na manutenção hierárquica. Entendo que esses grupos familiares afortunados enxergaram a possibilidade de maiores benesses sociais e econômicas através da prática cavalар.

A participação de Dom Pedro II no evento ainda revela a boa relação que este possuía com os membros por trás do clube. Através do diário de viagens de Dom Pedro II,² é exposto que:

O *Jockey-Club* de Pernambuco ofereceu, no Prado do Piranga, corridas em homenagens aos imperadores, as 16 e meia. Comparecem Dom Pedro II e Dona Tereza Cristina. O programa contava de 3 pareôs. No primeiro, tomaram parte os seguintes animais: Guararapes, pertencente ao Sr. Richard Austin; Pegaso, do Sr. Francisco Antônio de Oliveira; Black Thorne, do Sr. R. Ramsoatton; Sans Peur, do Sr. Antonio Dubaurcq; e Raio, do Sr. Antonio de

2 Não se entende aqui o *Diário de Viagens de Dom Pedro II* como uma verdade total dos fatos, mas sim como elemento que configura de forma geral a presença do imperador no prado.

Paula Fernandes Eiras. Foi vencedor Black Thorn (*Diário de viagens de Dom Pedro II para Pernambuco em 1859, 1952*, p. 153).

A presença de Dom Pedro estendeu-se também a um baile oferecido em homenagem ao imperador pela Casa Comercial de Recife, realizado no recém construído Hospital Dom Pedro II. Evidenciando ainda mais a boa relação que a elite dominante de Recife possuía com o império (pelo menos neste recorte temporal). Segundo Santos (2015), o envolvimento de membros da alta classe na direção do governo é uma forma de identificar a viabilização de investimentos nas corridas de cavalo, pois essas aproximações facilitavam a concessão de auxílios financeiros para o desenvolvimento das práticas equestres. Além disso, o “envolvimento era considerado pelos organizadores como uma dimensão fundamental para legitimar o turfe, pois difundia a representação de que era uma prática adequada e respeitada” (Santos, 2015, p. 210). Desta forma, era extremamente benéfico aos organizadores do turfe buscar aproximações com o governo imperial.

Anteriormente à instalação do JCP, parte da imprensa recifense clamava pela instalação das corridas de cavalos. No dia 19 de setembro de 1854, o jornal *O Liberal Pernambucano* expunha a necessidade da criação de um hipódromo em Recife, para que assim a cidade reproduzisse os padrões modernos e civilizados da ordem burguesa europeia. O periódico constantemente abordava as corridas que ocorriam no cenário europeu, sobretudo na Inglaterra e na França. Neste sentido, cito um trecho no qual o jornal destaca a influência do Estado francês nas corridas de cavalo:

O sitio escolhido é uma planície encantadora, coberta de relva e toda murada. Estavão a contruir-se tribunas para 40,000 pessoas e havia proporções para mais 300,000 observações. O pavilhão do imperador seria uma maravilha. O nosso *Jockeys Club* quando poderá também preparar o seu prado, e offerecer um pavilhão decente aos augustos convidados? (*O Liberal Pernambucano: jornal político social*, Pernambuco, 19 set. 1854, p. 1).

Ao ressaltar a participação e a importância que o Estado francês teve na organização do prado, entendo que o periódico pressionava a elite política diante da opinião pública para a instalação da prática cavalgar. O trecho ainda permite observar que antes da inauguração do JCP, as corridas de cavalo já estavam sendo organizadas sem haver uma estrutura própria.

Quatro anos depois, o *Diário de Pernambuco* de 28 de dezembro de 1858, expôs um anúncio acerca do programa de uma corrida cavalgar assinado pela promotora do evento, intitulada Prado Pernambuco. A publicação ainda dissertou que seriam somente aceitos os cavalos de raça do país e que qualquer pessoa poderia inscrever seu cavalo nas corridas. Para além deste aspecto, os animais que disputaram as provas seriam conduzidos gratuitamente pela companhia da via férrea. Fator que destaca a aproximação entre as corridas de cavalo e as companhias férreas, além disso, ainda havia a oferta bilhetes de passagens mais baratas

para os dias das corridas.

Em relação aos organizadores das corridas uma parcela fazia parte da mais alta classe política e econômica de Pernambuco, possuindo ampla influência não apenas no território regional, mas também no âmbito nacional. Referente à outra parcela, estavam inseridos no setor político, militar e urbano. Por exemplo, nos projetos de construção das ferrovias, pessoas pertencentes a um estrato socioeconômico médio. Os nomes que compuseram a diretoria neste primeiro momento foram:

Exm. Visconde da Boa-Vista, Capitão Veriato de Medeiros, José de Moraes Gomes Ferreira, Francisco Antônio de Oliveira, Augusto de Sá Albuquerque, Francisco do Rego Barros Lacerda, Manoel Gonçalves da Silva Júnior, Gustavo Tisset, W. M. Peniston, P. F. Needham, y, Charles de Mornay, Capitão J. R. Ord, Jonn Baylin (*Diário de Pernambuco*, 21 dez. 1858, p. 3).

Novamente consultando alguns destes nomes na HDB, observei que o primeiro disposto na lista é o do Visconde da Boa Vista, Francisco do Rego Barros, o qual possuía ampla influência nesta sociedade, foi presidente da província (1838-1844) e teve um papel de destaque na implementação de outros estabelecimentos de entretenimento e de melhorias urbanas na cidade. Através do estudo de Edgardo Pires Ferreira (2011), é exposto que Francisco do Rego Barros foi casado com Maria Anna Francisca de Paula Cavalcanti Maranhão de Albuquerque, formando assim um matrimônio que unia duas famílias poderosas de Recife.

O casal teve sete filhos: Affonso do Rego Barros, que atuou na administração dos Correios de Pernambuco (*Diário de Pernambuco*, 4 dez. 1879, p. 4); Maria Anna da Conceição do Rego Barros, não encontrei ocorrências em seu nome; contudo, uniu matrimônio com Joaquim Carneiro Lins de Albuquerque, proprietário do engenho Bom Jesus (*Jornal do Recife*, 23 nov. 1880, p. 1) e oficial externo da Secretaria de Polícia, em 1890 atingiu a patente de capitão (*Jornal do Recife*, 1 maio 1890, p. 1); Henrique do Rego Barros, foi tesoureiro da fazenda e em 1885 atuou como diretor do Tesouro Nacional (*Diário de Pernambuco*, 16 jul. 1880, p. 4); Anna Maria Cavalcanti do Rego Barros, também não encontrei ocorrências em seu nome; João do Rego Barros (Não foi encontrado ocorrências em seu nome); Francisco do Rego Barros, foi sócio do Instituto Histórico e Filosófico (*Diário de Pernambuco*, 2 ago. 1885, p. 1) e na década de 1870 foi estudante de direito (*Diário de Pernambuco*, 25 jan. 1875, p. 4); casou-se com Francisca Cavalcanti de Albuquerque; e, por fim, José Joaquim do Rego Barros, o qual em 1885 foi fiscal do 2º distrito de São José (*Diário de Pernambuco*, 13 mar. 1885, p. 1) e possuía cavalos que corriam no Derby Club de Pernambuco (*Diário de Pernambuco*, 27 jan. 1889, p. 5). Através do exposto, observo que as famílias Rego Barros e Cavalcanti Albuquerque estreitaram laços através da família e dos negócios, no caso, o turfe. Além disso, estavam inseridas em locais de prestígio na sociedade, como instituições governamentais, faculdade, cargos militares de alta patente, entre outros.

Em relação ao Capitão Veriato de Medeiros, que foi citado no trecho que discorre

sobre os membros do JCP, apesar de carregar junto ao seu nome a patente de capitão não foi encontrado nos periódicos nada sobre a sua origem militar. Entretanto, o mesmo foi engenheiro fiscal da estrada de ferro de Recife (*Diário de Pernambuco*, 18 abr. 1859, p. 2). Deixando o cargo em 1859, pois foi chamado à corte para atuar na mesma função na estrada de ferro Pedro II, localizado no capital do império brasileiro (*Idem*). Mostrando novamente a boa relação entre os agentes da província com o império brasileiro.

Francisco do Rego Barros Lacerda, familiar de Francisco do Rego Barros, foi subdelegado da polícia da freguesia de Muribeca neste período (*O Liberal Pernambucano*, 3 nov. 1856, p. 2). Lacerda foi genro do comendador Lourenço de Sá Albuquerque – patriarca de uma família ligada ao escravismo na sociedade recifense (*Diário de Pernambuco*, 18 fev. 1856, p. 2). No século XIX, a família Sá Albuquerque estava inserida em setores de prestígio na sociedade recifense. Por exemplo, os cunhados de Lacerda eram oficiais da Guarda Nacional (*O Liberal Pernambucano*, 3 nov. 1856, p. 2): Mariano de Sá Albuquerque, Olympio de Sá Albuquerque e Nereo de Sá Albuquerque. Nereo foi juiz de paz e tenente coronel da Guarda Nacional (*Idem*). Estes eram irmãos de Augusto de Sá Albuquerque, outro agente que consta na composição dos organizadores do prado. Augusto semanteve atuante nas disputas políticas em Recife e no envolvimento das corridas cavалares.

Em 3 de novembro de 1856, o periódico *O Liberal Pernambucano* discorre que os Sá Albuquerque mantinham fortes influências na província, chegando até mesmo a interferir nas eleições de Juiz de Paz e vereadores. As ligações das famílias Rego Barros e Albuquerque no cenário do turfe mostram que a prática cavalар na cidade estava sendo organizada pela elite política e econômica de Pernambuco. Logo, eram homens que possuíam ampla influência.

As corridas de cavalos em Recife tiveram o apoio e a presença do Estado provinciano em sua formação. No dia 4 de janeiro de 1859, o jornal *Diário de Pernambuco* expunha que o Prado Pernambucano ofertaria corridas de cavalo na Vila do Cabo, em 6 de janeiro, e teria como comissão diretora os seguintes nomes:

Debaixo da distinta proteção do Exm. Sr. Conselheiro Manoel Felizardo de Souza Mello, presidente da província. Os seguintes cavalheiros prestaram-se a formar a comissão diretora: S. Exc, o Sr. Presidente da província. O Exm. O Sr. visconde da Boa-Vista. Barão da Ipojuca. Srs. Dr, Joaquim de Paula P. de Lacerda (inspector de circuito). Capitão Veriato de Medeiros (juiz da partida starte). Comendador Manoel José da Costa (desempatador). Dr. Alvaro B. U. Cavalcanti. Francisco A. de Oliveira (julgador). Antonio Marques de Oliveira. Dr. Francisco do Rego Barros de Lacerda. Dr. Luiz Fellippe de Souza Leão. Francisco de Assis Britto. José de Moraes Gomes Ferreira. Augusto de Sá Albuquerque. Dr. Domingos. F. de Souza Leão. Manoel Gonçalves da Silva Junior. Antonio Fernandes Eiras. Gustavo Tisset. W. M. Peniston. Cap Ord (tesoureiro). Jonh Fisher (julgador). Ricardo Austin (secretario). Jonh Bayliss.

T. F. Needham. H. F. Hitch. Charles Mornay (*Diário de Pernambuco*, 4 jan. 1859, p. 2).

Apesar de haver uma série de agentes neste trecho, destaco Manoel Felizardo de Souza Melo, presidente da província e um dos membros da comissão diretora do JCP. Isso mostra que o Estado provinciano, mais do que um incentivador inicial, estava completamente inserido na promoção das corridas de cavalos. A participação do Estado no desenvolvimento do turfe afirma a importância que a prática esportiva tinha para a sociedade e para a elite dominante.

Domingos de Souza Leão é outro nome que despertou atenção. Em janeiro de 1864, foi eleito vice-presidente da província, atuando no cargo até dezembro do mesmo ano (*Diário de Pernambuco*, 1 jan. 1864, p. 2). Através do periódico *Diário de Pernambuco*, do dia 30 de dezembro de 1857, notei que o jornal, ao realizar uma consulta sobre os senhores de engenhos, mostra que Domingos estava empregando melhoramentos fabris na produção de açúcar e na plantação de cana; além disso, estava em vias de cultivar café (*Diário de Pernambuco*, 30 dez. 1857, p. 2). Junto a esses elementos e às constantes presenças de escravizados nas viagens de Souza Leão e sua família para o Rio de Janeiro,³ acredito que este era um escravocrata de imponente. Domingos foi pai de Augusto de Souza Leão – nome que constou como membro da direção do Prado Pernambucano no final da década de 1880. Sendo assim, observo que as famílias mais poderosas de Recife, no século XIX, se fizeram presentes na organização do turfe ao longo dos oitocentos, caracterizando assim as corridas de cavalos como um elemento fundamental para a alta sociedade recifense. Desta forma, saliento que três das famílias mais poderosas da província de Pernambuco estavam por trás da organização do turfe – ênfase que esses mesmos grupos familiares se distribuíram nos prados que foram instalados no final da década de 1880, evidenciando a importância que o turfe possuiu para esses agentes.

A segunda corrida organizada pelo JCP ocorreu no dia 19 de janeiro de 1860, e através da imprensa recifense, é possível ver o destaque que era dado aos cavalos e aos seus proprietários:

No primeiro páreo empanharam-se os cavalos: Jacunda, pertencente ao Sr. Miguel Augusto de Oliveira, trajando o Jockey que montava-o jaqueta, Bonete e calça branca; Guararapes, do Sr. John Lilly, tendo o Jockey jaqueta e Bonete azul e calça branca; e Violento, do Sr. Dr. Bento José da Costa, tendo o Jockeys calça, jaqueta e bonets pardos. [...]. No segundo tomaram parte: Pégaso, do Sr. Francisco Antonio de Oliveira, trajando o Jockey Bonete e jaqueta azues e calça branca; Retroz, do Sr. Antonio Gonçalves da Silva, tendo como Jockey

3 Algumas das viagens de Domingos ao Rio de Janeiro podem ser vistas em: *Diário de Pernambuco*, 24 set. 1855, p. 3; *Diário de Pernambuco*, 29 set. 1856, p. 3. C

bonete e jaqueta encarnados e calça branca; Stranges, do Sr. H. F. Hitch, tendo como *Jockey* bonete e jaqueta listrados de azul e branco, e calça de ganga. [...] Antes da corrida foi retirado o *Sans peur*, do Sr. Manoel Gonçalves da Silva Junior, por doença (*Diário de Pernambuco*, 21 jan. 1860, p. 2).

O trecho citado mostra a participação dos animais dos sócios instaladores do JCP nos páreos,⁴ frisando assim que eles não estavam apenas organizando o evento, mas também participando ativamente através dos páreos, logo utilizavam o evento para almejar maiores recursos financeiros. Na mesma edição deste periódico, percebo mais uma vez a participação do governo provincial atuando junto à prática, já que o presidente da província, após o término das corridas, disponibilizou mais um prêmio a ser disputado.

Em relação ao público, foi noticiado que um grande número de mulheres e pessoas das classes mais abastadas se fizeram presente no evento, tendo a estimativa de 3,5 mil a 4 mil pessoas acompanhando as corridas (*Diário de Pernambuco*, 21 jan. 1860, p. 2). Apesar de ser um número impreciso, o mesmo apresenta uma margem para pensar o quanto o novo produto de entretenimento movimentou a vida social e econômica da sociedade. Através de um levantamento geral dos cavalos que disputaram os páreos, o prado arrecadou um total de 640\$000 e gastou com as premiações 450\$000, tendo um lucro de 190\$000 somente através das corridas.

Ao longo da década 1860, o prado sofreu com a baixa presença de sócios nas reuniões, sendo frequentes as convocatórias e anúncios de adiamento de reuniões devido à falta de membros nas sessões. Além disso, um dos sócios do clube publicou no *Diário de Pernambuco*, no dia 13 de dezembro de 1860 (p. 2), perguntando o motivo da falta de corridas na cidade, pois o clima era favorável e os sócios estavam ansiosos para o evento. O autor ainda utilizou o espaço da publicação para anunciar que estava à procura de uma ama cozinheira, o que nos mostra, mesmo que de forma breve, o perfil dos sócios do JCP. Na década de 1870, também houve pouquíssimas corridas. Através do periódico *O Americano: Semanário Político e de Litteratura* (Pernambuco, 7 ago. 1870, p. 4), notei que havia uma cobrança não apenas referente à oferta das corridas cavaleares, mas também a outros setores de entretenimento.⁵

Em 1872, o imperador voltou a acompanhar as corridas do JCP. O *Jornal do Recife* (09 ago. 1872, p. 2) repercutiu que, apesar do clima chuvoso, houve um grande número de presentes. O periódico afirmou que o clube estava obtendo bons resultados e que estes se ampliariam no futuro. No entanto, as corridas só atingiram seu ápice nos finais de 1880. Através das consultas nos periódicos na década de 1870, observei que a o JCP foi desaparecendo dos periódicos analisados, e as corridas só voltaram a movimentar a vida

4 Como é o caso de Francisco Antônio de Oliveira e Manoel Gonçalves da Silva Júnior.

5 Como, por exemplo, críticas referentes à estrutura dos teatros Santa Isabel e Santo Antônio e a falta de um parque na cidade.

recifense no final da década de 1880. Suponho que, devido ao país ainda estar inserido dentro de uma ordem social escravocrata, impactou no desenvolvimento do turfe, pois uma parcela significativa da sociedade não teve acesso ao entretenimento neste momento. Sendo assim, com o processo da abolição do sistema escravista e a transição de uma economia agrária para uma economia voltada à industrialização urbana, presumo que o turfe foi um dos principais centros da nova ordem social que se instalou em Recife.

Ampliando os negócios: o turfe no final dos oitocentos

Em 1888, o turfe voltou a ser ofertado em Recife através de três instituições: o Prado Pernambucano, o Hipódromo do Campo Grande (HCG) e o Derby Club de Pernambuco. Havia na sociedade recifense um grande apelo para a volta das corridas cavaleares que, até então, estavam em baixa nos anos anteriores. Neste sentido, suponho que a criação dos três clubes em um curto espaço de tempo se deu devido à necessidade de prover maiores quantidades de corridas para atender um número maior de espectadores, além de ser uma forma das elites da cidade buscarem novos empreendimentos, visto que recentemente havia ocorrido a abolição do sistema escravista. Além disso, conforme abordarei as famílias – Rego Barros, Cavalcanti Albuquerque e Souza Leão – que estavam por trás da promoção dos primeiros eventos turfísticos seguiram instalados distribuídos nas novas instituições.

O turfe na capital da província pernambucana foi um dos principais entretenimentos coletivos nas duas últimas décadas do século XIX. Através dele, há grupos de diversas categorias sociais e de diferentes regiões inseridos dentro do mesmo espaço. Os prados foram espaços plurais, mas dentro dos clubes havia setores que separavam a elite das camadas populares. Isso pode ser visualizado através dos camarotes oferecidos à alta classe da sociedade, em contrapartida as arquibancadas gerais eram os locais mais acessíveis para acompanhar a prática.

Apesar do turfe ser um elemento importado dos países europeus, à medida que foi introduzido em novas localidades, inclusive em Recife, ele se redefine e se reconfigura diante da nova realidade. Victor Andrade Melo (2014) discorre que não houve um epicentro que difundiu com exatidão a prática no território nacional; o autor sinaliza que se deve enxergar o turfe através da ideia de multiterritorialidade (p. 199), ou seja, cada região teve a sua especificidade junto à prática. É por meio dessa perspectiva que compreendo a prática equina na capital pernambucana.

Os clubes surgiram como sociedades anônimas e tiveram como primeiro objetivo a promoção do melhoramento da raça cavalar. Através do estudo de João Malaia Santos e Sérgio Giglio (2017), os autores abordam a questão da identidade organizacional da Sociedade *Jockey Club* (SJC), o mais importante clube de corridas do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX. O SJC foi fundado em 1868 e tinha como objetivo inicial organizar corridas de cavalo e comercializá-las ao público através de ingressos e da possibilidade de apostas nas corridas

(Santos; Giglio, 2017, p. 6). Entretanto, dois anos após a inauguração do SJC, o mesmo passou a adotar um novo posicionamento frente ao seu ideal:

Na edição inaugural da *Revista Sociedade Jockey Club*, publicada apenas dois anos após a fundação do clube, Costa Ferraz, primeiro presidente interino da SJC, afirmava na seção de introdução, intitulada “Ao Leitor”, que a publicação dos trabalhos da organização era uma necessidade para que não se esquecesse “tudo quanto tem feito” os membros do clube. Ferraz afirmava que os trabalhos dos membros do clube tinham por objetivo dar condições para que o Brasil colhesse os mais benéficos e proveitosos resultados de suas operações. Ao invés de destacar a promoção das corridas, a venda de ingressos e alta arrecadação do clube com apostas, Ferraz afirmava que todo o fim da SJC era “animar no Brasil a um ramo importante de sua indústria”: a criação de cavalos de raça (Ferraz, 1870, p. 3 *apud* Santos; Giglio, 2017, p. 6).

Os autores compreendem que através deste comportamento os membros do clube buscavam construir memórias “através do levantamento de dados que não deixe as pessoas se esquecerem no presente dos feitos dos membros da organização” (*Ibidem*, p. 7). Eles discorrem que o SJC sempre fazia questão de afirmar a importância que o clube possuía frente ao desenvolvimento das raças de cavalos no Brasil e os benefícios econômicos desta atividade para o Estado brasileiro. Essa atitude pode ser compreendida como um posicionamento que os clubes exerciam visando aproximação política com o Estado, mais especificamente buscando subsídios para realizar as suas atividades.

A questão de colocar o melhoramento da raça cavalar como o primeiro objetivo dos clubes de corrida já era prática consolidada no Rio de Janeiro com bons resultados. Sendo assim, os clubes do Recife nasceram com esse objetivo em primeiro lugar, ao contrário dos prados cariocas, onde o objetivo inicial era apenas promover corridas. Outro elemento que desperta curiosidade está relacionado aos produtos que seriam ofertados no evento, visto que os clubes não promoviam somente as corridas cavалares, mas também outros tipos de entretenimentos e lazer (botequins, atrações de bandas marciais e etc.). Isso mostra que as corridas e, diretamente, o sistema de aposta, não seriam os únicos meios de acumulação de capital. Desta forma, a comercialização de bebidas, comidas e outros tipos de divertimento se destaca pela implementação de um dinamismo que tinha por objetivo angariar novos públicos ao evento, além de serem produtos que trariam retornos financeiros para os novos prados.

O primeiro a ser inaugurado foi o Prado Pernambucano. Através da ata da assembleia geral dos acionistas, datada de 1º de julho de 1888, são expostos os nomes dos sócios fundadores da prática, bem como a quantidade de ações que cada um possuía, informações que podem ser verificadas na tabela a seguir.

Tabela 1 – Número de inventários com dívidas ativas e ou passivas

Nome	Ações	Cargo	Valor
Dr. Antônio Carlos de Arruda Beltrão	30	Diretor	15.000\$000
Olympio Frederico Loup	30	Acionista	15.000\$000
Dr. José Gonçalves Pinto	30	Acionista	15.000\$000
Orestes da Costa Rego	30	Diretor	15.000\$000
Dr. Francisco de Souza Reis	4	Diretor	2.000\$000
José Joaquim da Costa Maia	4	Secretário/Diretor	2.000\$000
João V. C. Alfarrá	2	Acionista	1.000\$000
Luiz Duprat	2	Diretor/comissão fiscal	1.000\$000
Arthur B. Dallas	2	Acionista	1.000\$000
Eusebio da Cunha Beltrão	1	Acionista	500\$000
Dr. José Osorio da Cerqueira	2	Diretor	1.000\$000
Dr. Carlos Alberto de Menezes	2	Secretário	1.000\$000
João Justiniano da Rocha	2	Diretor/Comissão fiscal	1.000\$000
Claudio Dubeux	2	Diretor	1.000\$000
Dr. José Mariano Carneiro da Cunha	2	Acionista	1.000\$000
Augusto de Souza Leão, o Barão do Caiará	1	Presidente	500\$000
TOTAL	146		73.000\$000

Fonte: *Diário de Pernambuco*, 7 jul. 1888, p. 2. Elaboração nossa, 2024.

Antônio Carlos de Arruda Beltrão foi escolhido como presidente interino na assembleia em questão, a qual teve como secretário o sócio acionista Luiz Duprat. A reunião, que originou a ata, tinha como objetivo estabelecer a constituição da sociedade do Prado Pernambucano, e observa-se através da ata que os gastos para a construção do novo hipódromo custariam em torno de 75.000\$000 réis, distribuídos na estrutura física, móveis e utensílios, raia, cerca, cocheira, encilhamento, arquibancadas, e entre outras obras.⁶ Na sequência, foi realizada uma votação para escolha do presidente da sociedade, sendo eleito o Barão do Caiará; os secretários Carlos Alberto de Menezes e José Joaquim da Costa Maia; a diretoria foi composta por Cláudio Dubeux, Dr. Francisco de Souza Reis, Orestes da Costa Rego Monteiro, Dr. Antônio Carlos de Arruda Beltrão, Luiz Duprat, João Justiniano da Rocha, José Peres Campello de Almeida, José Joaquim da Costa Maia, Dr. José Ozório de Cerqueira; a comissão fiscal foi conduzida por Luiz Duprat, Eugenio Chaline e João Justiniano da Rocha. Sendo esta a composição da sociedade a qual foi enviado seu estatuto para a junta comercial com a lista nominativa de seus subscritores.

Novamente consultando os nomes dos agentes turfísticos na HDB, percebi que Augusto de Souza Leão recebeu o título de Barão em 1885 (*Jornal do Recife*, 31 jul. 1885, p. 2), passando a ser conhecido como Barão de Caiará, o qual fazia parte do Partido Liberal (*Jornal do Recife*, 18 out. 1885, p. 1), concorrendo e sendo eleito ao cargo de deputado provincial (*Jornal do Recife*, 6 nov. 1885, p. 2). O mesmo possuía proximidade com os donos e redatores do *Jornal do Recife* – Sigismundo Gonçalves e Ulisses Viana – a partir do ano de 1887, os quais também estavam integrados no mesmo partido. Neste sentido, compreendo que esta aproximação influenciava na maneira como o turfe seria abordado pelos o periódico em questão.

Através do estudo de Ferreira (2011), é exposto que Augusto de Souza Leão foi filho de Teresa de Jesus dos Santos Coelho com Domingos de Souza Leão,⁷ família ligada à elite recifense. Tereza e Domingos também foram pais de Carlota Guilhermina de Souza Leão, que se casou com Luiz Francisco do Rego Barros, que por sua vez, teve como filha Idalina Carlota de Souza Leão. Idalina casou-se com o tio Augusto de Souza Leão. Desta forma, a família Rego Barros seguia sendo influente na sociedade e mantinha laços com outros núcleos familiares da elite dominante pernambucana. Além disso, percebo que estas famílias seguiam enraizadas no meio turfístico, mostrando mesmo que de forma breve uma rede de relações através da prática equestre.

Quanto aos diretores Claudio Dubeux e Francisco de Souza Reis, não há muitas

6 Para se ter uma ideia do montante empregado na construção do Prado, um mês de aluguel em moradias (de menor valor) que custavam em torno de 120\$000, conforme observado nos anúncios de locação de imóveis no *Diário de Pernambuco* do dia 25 de setembro de 1888, p. 5.

7 Agente que estava inserido na organização de corridas cavaleares no final da década de 1850.

ocorrências que os envolvam. Contudo, é possível perceber que o primeiro é acionista da Companhia Pernambucana de Navegação a Vapor (*Jornal do Recife*, 18 abr. 1889, p. 2) e fez parte de algumas comissões de organização de exposições brasileiras em países europeus (*Jornal do Recife*, 24 jun. 1888, p. 2). Sobre o segundo, destaca-se sua trajetória como profissional liberal e renomado engenheiro. Dentre outros projetos importantes para o traçado urbano da cidade, projetou a expansão da estrada de ferro em 1882 (*Jornal do Recife*, 2 set. 1882, p. 3). É evidente o caráter razoavelmente dinâmico quanto aos aspectos sociais dos membros da diretoria, compreendendo tanto a classe mais abastada quanto um estrato médio.

O segundo prado a ser instalado foi o Hipódromo do Campo Grande (HCG). Através da ata da assembleia geral de subscritores da sociedade anônima do HCG, publicada no *Diário de Pernambuco* do dia 9 de maio de 1888, observo que a entidade surgiu nos moldes do Prado Pernambucano:

Art. 1º O Hippodromo do Campo Grande, sociedade anonyma, com seda na cidade do Recife, no arrabalde de Campo Grande, destina-se a promover, por meio decorridas, exercicios hípicos e quaesquer outros a seu alcance, o desenvolvimento e melhoramento da raça cavallar n'esta provincia e nos limittophes, procurando animar e estimular os creadores de cavallos facilitando-lhes a maneira de melhores conhecerem a criação, educação, alimentação dos mesmo e crusamento das raças (*Diário de Pernambuco*, 9 maio 1888, p. 2).

O HCG ainda tinha como objetivo a criação de uma revista exclusiva para tratar dos assuntos listados no primeiro artigo de seu estatuto, disposto acima, principalmente com o intuito de promover a propagação dos conhecimentos sobre equinos para os criadores dos animais. Segundo a ata, o capital da associação era de 60:000\$000, dividido em ações de 200\$000 cada uma, que correspondiam a um voto até a quantia de 1.000\$000. Nessa assembleia foram eleitos os seguintes agentes que compuseram o corpo diretivo da sociedade.

Tabela 2 – Membros diretivos do Hipódromo Campo Grande

Nome	Cargo
Dr. José Diniz Barreto	Diretor
Manoel José Bastos Mello	Diretor
João de Sá Cavalcanti Albuquerque	Diretor
Sebastião Lopes Guimarães	Comissão fiscal
Francisco Velloso de Albuquerque Lins	Comissão Fiscal
Marcolino de Souza Travasses	Comissão Fiscal
Dr. João de Oliveira	Secretário da assembleia geral
Dr. José Antônio de Almeida Cunha	Presidente da assembleia

Fonte: *Diário de Pernambuco*, 9 maio 1888, p. 2. Elaborado pelo autor.

Um fator curioso na composição dos nomes dos acionistas do clube é presença de membros da família Sá Cavalcanti e Albuquerque, mostrando novamente que as famílias que estavam inseridas na instalação da primeira organização de corridas continuaram influenciando e financiando o turfe pernambucano. Como por exemplo os sócios: Estevão C. Albuquerque, acredito que esse atuava como médico, visto que o mesmo publicou na imprensa que não poderia realizar aplicações de vacina por falta de novas doses (*Diário de Pernambuco*, 28 ago. 1887, p. 3) além disso, o mesmo possuiu cavalos que disputaram corridas no Prado Pernambucano (*Diário de Pernambuco*, 15 jul. 1888, p. 5) e em 1887 foi o segundo mais votado para deputado no distrito de Olinda (*Jornal do Recife*, 31 dez. 1887, p. 1); Luiz Antônio Cavalcante, atuou como engenheiro secretário da repartição de obras públicas (*Diário de Pernambuco*, 23 ago. 1888, p. 4); Dr. João de Sá Cavalcante de Albuquerque foi presidente do HCG ainda em 1888 (*Diário de Pernambuco*, 21 abr. 1888, p. 1).

Referente aos membros do clube neste primeiro momento, José Antônio de Almeida Cunha foi escolhido pelo vice-presidente da província pernambucana no início da década de 1880, membro da diretoria do Teatro Santa Isabel (*Diário de Pernambuco*, 20 maio 1880, p. 1). O mesmo foi secretário da companhia de transporte Trilhos Urbanos e também fez parte da comissão formuladora de novos estatutos da mesma (*Diário de Pernambuco*, 15 abr. 1886, p. 5).

Antes de fazer parte da diretoria como tesoureiro, Manoel José Bastos Mello estava ligado ao comércio em Recife. No ano de 1883, observei que o mesmo requereu à Assembleia

Provincial a concessão de 15 anos para instalar na cidade uma fábrica de canos de chumbo (*Diário de Pernambuco*, 11 dez. 1883, p. 2). Entretanto, o requerimento foi indeferido. Mello ainda exerceu os cargos de procurador geral da Matriz de Santo Antônio (*Jornal do Recife*, 7 jun. 1882, p. 2) e Juiz de Paz de Boa Vista, no ano de 1882 (*Jornal do Recife*, 1 jul. 1882, p. 3). José Diniz Barreto foi advogado e literário. Barreto era envolvido com temas educacionais, o qual lançou um livro intitulado *Explicações aos Lusidas de Camões*, livro que esclarecia passagens de poemas de Camões para crianças (*Jornal do Recife*, 1 nov. 1882, p. 2). O mesmo fez parte do conselho literário, e em 1884, foi membro da Comissão Central Emancipadora (*Jornal do Recife*, 3 jul. 1884, p. 2). João de Sá Cavalcante Albuquerque, exerceu a patente de tenente-coronel (*Diário de Pernambuco*, 10 fev. 1865, p. 1). No ano de 1880, João de Sá fora nomeado pelo presidente da província como delegado do termo de Olinda (*Diário de Pernambuco*, 2 dez. 1880, p. 1). Além disso, possuía pessoas escravizadas, conforme pode-se ver através do Diário Pernambucano, do dia 30 de novembro de 1880, quando um dos seus escravizados tinha sido recolhido junto à casa de detenção de Pernambuco (p. 1).

A inauguração definitiva do HCG ocorreu em novembro de 1889. O jornal *A Época: Órgão do Partido Conservador*, do dia 3 de novembro de 1889, repercutiu a corrida definitiva do Hipódromo como algo brilhante, exaltando a diretoria do clube por ter proporcionado um espetáculo à altura da sociedade recifense (p. 2). Em relação aos jogos das apostas, ocorreu a movimentação de 33.730\$000, sendo vendidas 6.746 *poules* de 1º e 2º lugar.

No dia 25 de março de 1888, os periódicos repercutiram a criação da sociedade anônima Derby Club de Pernambuco. Inicialmente o clube teve como capital inicial o montante de 100.000\$000 (*Diário de Pernambuco*, 9 jun. 1888, p. 3), porém em reunião no dia 18 de setembro de 1888 houve um aumento no capital empregado para 150.000\$000, acréscimos bancados pelos acionistas da sociedade (*Diário de Pernambuco*, 18 set. 1888, p. 2). Ao comparar o montante aplicado no Derby com o do Prado e do HCG, notei que o Derby iniciou sua atividade com mais que o dobro do capital empregado no Prado e 90.000\$000 a mais que o HCG. Todavia, não consegui encontrar quem foram os acionistas, bem como, a quantidade das ações que possuíam.

Através da ata da assembleia do dia 25 de maio de 1888, encontram-se os primeiros nomes que compuseram o corpo diretivo do Derby, sendo formado por:

Tabela 3 – Membros diretivos do Derby Club de Pernambuco

Nome	Cargo
Dr. João Telesphoro	Secretário geral
Gratuliano dos Santos Vital	Conselheiro fiscal
José Maria de Andrade	Conselheiro fiscal
José Joaquim de Oliveira Fonseca	Conselheiro fiscal
Tenente-Coronel José de Oliveira Castro	Diretor
Comendador João Fernandes Lopes	Diretor
Comendador Manoel da Silva Maia	Diretor
João José de Amorin	Presidente da Assembleia geral do Derby

Fonte: *Diário de Pernambuco*, 9 junho 1888, p. 3. Elaboração nossa, 2024.

João José de Amorin fez parte do Partido Conservador, tendo concorrido na eleição para vereadores de 1886. Sendo eleito compondo a bancada conservadora (*Jornal do Recife*, 14 set. 1886, p. 1). Quanto ao Tenente-coronel José de Oliveira Castro, o mesmo era sócio do *Jornal do Recife* (11 jan. 1889, p. 2) e diretor do *Club Rossine* de entretenimento (*Jornal do Recife*, 13 fev. 1889, p. 2), para além, Castro se mostrava bastante relacionado com o meio da Marinha, compondo diversas vezes o conselho de compras (*Jornal do Recife*, 26 jul. 1889, p. 2). A relação de Oliveira Castro com o *Jornal do Recife* permite supor que os agentes turfísticos e os membros de periódicos possuíam relações bem estruturadas.

O comendador João Fernandes Lopes era tido como um importante comerciante português e foi naturalizado brasileiro no ano de 1887 (*Jornal do Recife*, 25 set. 1887, p. 2). O mesmo foi membro da Sociedade Auxiliadora da Agricultura, além disso, foi responsável pela compra de insumos diversos em contrato com a prefeitura (*Jornal do Recife*, 6 fev. 1881, p. 2). Também atuou como membro da Junta Comercial, da Associação Comercial Beneficente e gerente do Banco de Crédito Real de Pernambuco (*Jornal do Recife*, 9 jan. 1886, p. 2), de modo geral, sua área de concentração comercial se deu na compra e venda de sementes e demais tecnologias para o setor agrícola.

É possível compreender que os membros da diretoria do Derby Club compunham um grupo de grande influência em diversos setores da sociedade, principalmente o econômico e político. Saliento aqui que, através do *Diário de Pernambuco* do dia 16 de dezembro de 1888, o diretor do HCG, João de Sá Cavalcante de Albuquerque, participou como juiz de chegada da

1ª corrida do Derby, mostrando mais uma vez que os membros dos prados atuavam em conjunto para o desenvolvimento da prática cavalar em Recife.

A divergência política não era empecilho entre os membros das instituições, pois liberais e conservadores atuaram em conjunto no desenvolvimento da prática. Tanto no interior dos clubes – como, por exemplo, João de Sá Cavalcanti Albuquerque (conservador) e Estevão Cavalcanti Albuquerque (liberal) (*Jornal do Recife*, 31 dez. 1887, p. 1) os quais eram membros do HCG – quanto na união entre os três clubes através do *Stud Book*.

O *Stud Book* foi um livro de regras que organizava e estruturava o turfe em Recife. Era através deles que os *jockeys*, proprietários de animais e cavalos deveriam estar matriculados, para que assim estivessem aptos a correr nos três clubes. Além disso, era através dele que era organizado quantas corridas cada prado ofertaria ao longo dos anos, ou seja, era um meio de regulamentar as corridas de cavalo, conforme podemos ver através do *Diário de Pernambuco*:

Em virtude do que foi deliberado em reunião dos directores do Prado Pernambucano, Hippodromo do Campo Grande e Derby Club de Pernambuco, convido aos senhores proprietários de animaes ainda não matriculados no Stud Book Pernambucano, a virem que segundo ficou estabelecido nenhum animal será acceito para correr nos tres prados sem respectiva matrícula no referido Stud Book (*Diário de Pernambuco*, 16 dez. 1889, p. 6).

O trecho acima mostra que a nova regra para que os animais pudessem disputar os páreos nos clubes ocorreu junto a inauguração do Derby. Pois, o novo prado foi inaugurado no dia 16 de dezembro de 1888 e contou com sete páreos (*Diário de Pernambuco*, 6 dez. 1888, p. 5). Sendo o 3º páreo (páreo – Derby Club de Pernambuco) com melhor premiação. O primeiro colocado ganharia 1.000\$000, o segundo 250\$000 e o terceiro livre entrada. 1º páreo (Páreo – Província de Pernambuco) foi o que pagou menores premiações ao ganhador, o primeiro colocado ganharia a quantia de 250\$000, o segundo 60\$000 e terceiro livre entrada. O montante de todos os páreos disputados foi de 3.930\$000, uma quantia superior ao da inauguração do Prado Pernambucano e do HCG.

O Prado Pernambucano, no dia 16 de dezembro, não ofertou corridas, pois o Derby Club faria sua inauguração, mostrando assim uma união entre os clubes (*Diário de Pernambuco*, 11 dez. 1888, p. 5), e, conseqüentemente, entre os membros que compuseram esses espaços. Evidenciando uma rede de relação social, e principalmente, econômica. Todavia, nem sempre os clubes mantiveram essa união, pois, através do periódico *Diário de Pernambuco*, do dia 13 de novembro de 1888, notei que o Prado e o HCG ofertavam corridas ao mesmo tempo (*Diário de Pernambuco*, 13 nov. 1888, p. 3). Outro ponto exaltado pelo periódico é o fato de que a empresa Ferro Carril, responsável pelo transporte do público para as corridas do clube, disponibilizaria uma linha complementar a partir da inauguração do prado. O clube também contou com uma segunda empresa, a Ferrovia do Caxangá, a qual oferecia bilhetes de ida e volta no valor de 320 réis (primeira classe) e 160 réis (segunda classe), levando seus

passageiros até os portões de entrada do clube.

O *Diário de Pernambuco*, do dia 5 de abril de 1889, expunha quanto cada clube tinha arrecadado através da venda das *poules* no primeiro trimestre do respectivo ano, dentro deste período, foram ofertadas 16 corridas – 6 pelo Derby, 5 no Prado e 5 no Hipódromo – que somavam a venda de 824.000\$000. Esse valor foi distribuído da seguinte maneira, 305.875\$000 no Derby, 299.210\$000 no Prado e 219.795\$000 no Hipódromo (*Diário de Pernambuco*, 5 abr. 1889, p. 4). Este valor é referente somente aos âmbitos da venda das *poules*, não contando outros elementos comercializados, como bilhetes de entradas, bebidas e comida e etc. Referente aos preços das entradas, em nota publicada pela diretoria do Derby no *Diário de Pernambuco*, no dia 5 de janeiro de 1889 (p. 5), é exposto que o valor dos bilhetes para famílias custava 5\$000 cada um, dando direito a entrada de um cavaleiro e cinco senhoras deste núcleo familiar. Por sua vez, o Hipódromo em janeiro de 1889 oferecia os seguintes ingressos e suas vantagens: bilhetes que possibilitavam entrar no encilhamento para um homem e quatro mulheres no valor de 5\$000; bilhetes para arquibancada com entrada para o encilhamento com valor de 3\$000; entrada geral por 1\$000; e a arquibancada por 2\$000 (*Diário de Pernambuco*, 12 jan. 1889, p. 4). Infelizmente não encontrei o valor dos ingressos do Prado Pernambucano, mas suponho que os preços tinham a mesma base que as dos outros clubes.

Santos e Giglio (2017) discorrem que a organização de um prado possui um papel fundamental na construção social da identidade do clube de prática equina. Os autores classificam que

a construção da memória acontece por meio da seleção, da transformação e até mesmo da invenção de elementos do passado. Por meio da construção da memória, os gestores podem trabalhar aspectos da identidade organizacional visando uma vantagem competitiva substancial e sustentável (Foster *et al.*, 2011 *apud* Santos; Giglio, 2017, p. 2).

Compreendo que os gestores dos prados, por meio dos estatutos, visavam estruturar o turfe como um elemento primordial para a legitimação das corridas de cavalo em Pernambuco. Conforme já salientei, os clubes de corridas cariocas possuíam, neste período, uma influência muito ampla sobre os prados recifenses. Essa afirmação é percebida na semelhança dos estatutos em relação aos objetivos dos prados cariocas e pernambucanos. Os clubes mantinham uma rede de relações estabelecida, cujo propósito era organizar a funcionalidade dos prados recifenses, incluindo o número de corridas a serem disputadas, regulamentos, entre outros.

Conclusão

Esta pesquisa revela, ainda que de maneira preliminar, a influência das famílias de elite de Recife nas corridas de cavalos. Acredito que essa dinâmica se apresenta como uma estratégia diante das incertezas que permeavam a sociedade recifense na época em questão. Além disso, constatei que os participantes desses eventos estabeleceram uma rede de apoio social e econômico, na qual as divergências políticas não impediram sua efetividade. Entretanto, pelo menos neste primeiro momento, não foi possível observar, através das fontes utilizadas, os lucros obtidos por esses agentes. Todavia, a presente pesquisa possibilita supor que o turfe foi um meio fundamental para a diversificação econômica dessas famílias.

É perceptível que tais núcleos familiares tinham como meta a expansão de seu patrimônio e a garantia de recursos substanciais para as gerações futuras, encontrando nas atividades turfísticas uma oportunidade de diversificação de seus investimentos. Este estudo ressalta, portanto, a interseção entre interesses econômicos, sociais e políticos que permeavam as práticas das elites de Recife durante o período em análise. Sendo assim, o presente estudo comprova que o turfe não foi somente um espaço destinado ao lazer e divertimento, mas que também foram instituições que impactaram diretamente no âmbito social e econômico do país, sobre tudo de Recife.

Referências

Periódicos

A Época: Órgão do Partido Conservador, Pernambuco, 1889.

Diário de Pernambuco, Pernambuco, 1850-1889.

Jornal do Recife, Recife, 1850-1889.

O Americano: Semanário Político e de Litteratura, Pernambuco, 1870.

O Liberal Pernambucano: jornal político social, Pernambuco, 1854-1856.

Bibliografia

BRASIL, Eric; NASCIMENTO, Leonardo Fernandes. História Digital: reflexões a partir da hemeroteca digital brasileira e do uso de caqdas na reelaboração da pesquisa histórica. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 69, p. 196-219, abr. 2020.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

ERREIRA, Edgardo Pires. *A mística do parentesco: uma genealogia inacabada*. Vol. 6. Guarulhos: ABC, 2011.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: Contracorrente, 2020.

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

LUCENA, Ricardo Figueiredo. *O esporte na cidade: aspectos do esforço civilizador brasileiro*. 2001. Tese (Doutorado em Educação Física) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas (SP), 2001.

MELO, Victor Andrade. Entre a elite e o povo: o sport no Rio de Janeiro do século XIX (1851-1857). *Tempo*, v. 20, n. 37, p. 1-22, 2015.

MELO, Victor; *et al.* *Pesquisa Histórica e História do Esporte*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

MELO, Victor. *Cidade Sportiva (2): os esportes pioneiros*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2022.

SANTOS, João Manuel C. Malaia; GIGLIO, Sérgio Settani. O papel da memória na construção da identidade organizacional: a sociedade jockey club (1868-1932) e o “desenvolvimento da riqueza pastoril”. *Recorde*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 1-21, jun. 2017.

SILVA, Sandro Vasconcelos da. Quando o Recife Sonhava em ser Paris: a mudança de hábitos das classes dominantes durante o século XIX. *Saeculum: Revista de História*, João Pessoa, v. 2, p. 215-226, 25 jul. 2011.

VARGAS, Jonas Moreira. *Entre a Paróquia e a Corte: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889)*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.